



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local	Coordenador
17.07.2019	14h	Sala de Reunião da Presidência	Dr. Alexandre Branco Pucci

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1. Atender a Resolução 198, art 9º, do CNJ, em que os tribunais deverão promover Reunião de Análise da Estratégia - RAE, para acompanhamento dos resultados, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional

3. PARTICIPANTES

1. Dr. Alexandre Branco Pucci (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Fernando Chemin Cury (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Fernando Paes de Campos (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
4. Dr. César Castilho Marques (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
5. Josiany Angelica Silva Oliveira (Coordenadora de Planos Institucionais)
6. Viviane de Pinho (Coordenadora de Racionalização e Projetos Estratégicos)
7. Valdir Casagrande (Coordenador de Estatística)

4. PAUTA

Assunto

11. Projetos estratégicos do TJMS; 2. Iniciativas Estratégicas desenvolvidas pelas áreas; 3. Dados estatísticos referentes ao primeiro semestre de 2019; 4. Panorama das Metas Nacionais no PJMS.

5. DISCUSSÃO DA RAE

Iniciada a reunião, o Coordenador do Comitê de Gestão Estratégica, Dr. Alexandre Branco Pucci, cumprimentou os presentes e concedeu a palavra à Sra. Viviane de Pinho que apresentou a pauta da reunião aos presentes e em seguida iniciou a apresentação falando sobre os projetos estratégicos no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Inicialmente, a Sra. Viviane apresentou o conceito de projeto estratégico e informou que atualmente o TJMS conta com 20 projetos em seu portfólio, desenvolvidos pelas áreas administrativas. Segundo a coordenadora, o baixo número de projetos estratégicos justifica-se pela incipiente cultura voltada a projetos



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

estratégicos. A seguir, foram apresentados os projetos já concluídos. Em 2015, foi concluído pela Secretaria Judiciária de Primeiro Grau, o projeto “Elaboração e Implantação do Modelo e Software de Gestão de Desempenho de Oficiais de Justiça”. O NUPEMEC, em 2015 concluiu o projeto de “Implantação dos CEJUSCs”, tema muito fomentado pelo CNJ para a desjudicialização, com vistas à barrar a entrada de novos processos na Justiça. Nesse ano, foram implantadas unidades em Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã, Três Lagoas e Associação Comercial. Esses CESJUSCs se somaram aos já em funcionamento na Secretaria do TJMS e na Defensoria Pública. Após a conclusão do projeto, foi implantado mais um CEJUSC no CIJUS. O juiz auxiliar da Presidência, Dr. Alexandre Branco Pucci, salientou que foram feitos diversos pedidos para a criação de novos Centros, porém, estes foram negados em virtude de restrições orçamentária. O juiz auxiliar da Presidência, Dr. Fernando Chemin Cury, levantou a necessidade de inserir esse tema nas reuniões sobre orçamento e recebeu o apoio dos demais presentes. Em seguida, foi apresentado o projeto da Secretaria de Tecnologia da Informação de “Implantação de Infraestrutura para Realização de Audiências por videoconferência dos Réus Presos”. Ainda em 2015, a Secretaria de Gestão de Pessoal iniciou o projeto de “Enquadramento do Cargo de Analista Judiciário nas escalas de Pagamento do Cargo de Técnico de Nível Superior”. Em 2016, a Assessoria de Planejamento concluiu o projeto de “Redesenho das Rotinas de Trabalho do PJMS”, com objetivo de implantar a Gestão por processos e melhorar as rotinas de trabalho. Durante esse projeto foram capacitados servidores para serem replicadores da gestão por processos. Entretanto, o mapeamento e melhoria de processos continua sendo coordenado pela Assessoria de Planejamento, através da Coordenadoria de Projetos e Racionalização. Atualmente, muitos processos já estão em fase de automação. A Secretaria da Escola Judicial implementou no mesmo ano o projeto de “Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Judiciária”. Inicialmente, o programa era voltado aos magistrados, porém, em virtude da baixa adesão por parte destes, o convite foi estendido aos servidores. Os participantes concluíram a pós-graduação no primeiro semestre de 2019. Em 2018, foi implementado a “Modernização e Reestruturação dos Procedimentos da Unidade de Controle Interno” e pelo NUPEMEC, foi desenvolvida a “Implantação das Oficinas de Parentalidade”, seguindo orientações do CNJ para diminuir o impacto dos conflitos familiares nas crianças envolvidas. A Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça, desenvolveu o projeto “Criação do Núcleo de Monitoramento de Perfil das Demandas Repetitivas” também no ano de 2018. Esse projeto é reflexo da recomendação feita pelo Colégio de Corregedores e busca diminuir a entrada de demandas fraudulentas no Judiciário. O Dr. Fernando Chemin Cury questionou se os membros já foram nomeados para o referido núcleo e afirmou conhecer outros Estados em que o Núcleo atua ativamente e tem obtido excelentes resultados. Em seguida, a Sra. Viviane de Pinho, iniciou a apresentação de projetos que estão em execução. Desde 2015, a Secretaria de Obras vem executando o projeto de “Implantação do Plano de Obras”, que deve coincidir com a vigência do Plano Estratégico 2015-2020 e já tem 80% de cumprimento. Também desde 2015, a Secretaria de Gestão de Pessoal, trabalha no projeto “Elaboração e Implantação do Modelo de Gestão por



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

Competências”. Atualmente, o projeto está na fase de *feedback*. Para que, em seguida, os resultados sejam levados à Secretaria da Escola Judicial a fim de que as necessidades de capacitação encontradas sejam supridas. A Secretaria Judiciária de Primeiro Grau, está executando o projeto de “Elaboração e Implantação do Modelo de Remuneração Variável”, que já foi aprovado pela Assembleia, faltando apenas iniciar o pagamento. Pela Assessoria de Inteligência, está sendo desenvolvido o projeto “Implantação do Controle de Acesso Setorizado”. A Sra. Viviane de Pinho ressaltou a importância desse projeto para aumento da segurança para magistrados e servidores. A Coordenadoria da Mulher instituiu o “Selo Justiça pela Paz em Casa” em 2018, onde serão premiadas ações relacionadas ao combate à violência doméstica. O prêmio será concedido de acordo com a média obtida nos meses de março, agosto e novembro. A normativa foi publicada no final de 2018 e a primeira etapa ocorreu em março. Também está em execução, o projeto desenvolvido pela Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça, denominado “Selo Jurisdição Eficiente no Âmbito das Unidades de 1º Grau”. Nesse momento, Dr. Alexandre Branco Pucci questionou o Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Dr. César Castilho Marques, a respeito do andamento do projeto, que por sua vez, se propôs a coletar informações. O coordenador de Estatística, Sr. Valdir Casagrande informou que já existe um B.I. para gerenciar informações pertinentes a esse Selo, que leva em conta o IAD (índice de Atendimento à Demanda). O Dr. César Castilho Marques demonstrou preocupação a respeito da solicitação que está na Presidência para instalação de mutirões em todas as unidades, pois, segundo o magistrado, não há infraestrutura e nem recursos humanos disponíveis para tal fim, sendo a medida tomada provisoriamente para atender essas demandas, a utilização a Equipe de Apoio Institucional aos Magistrados de Primeiro e Segundo Grau. Dando continuação à reunião, a Sra. Viviane de Pinho passou a apresentar os projetos não iniciados. O primeiro projeto é o da Secretaria da Escola Judicial, “Elaboração e Implantação do Programa de Desenvolvimento de Gestores”. O Dr. Fernando Paes de Campos questionou o motivo da apresentação não conter a previsão do ano de início. A Sra. Viviane respondeu que desde a elaboração do plano Estratégico, a Secretaria da Escola Judicial não informa uma previsão de início. Em seguida, argumentou sobre a importância do projeto para capacitar os Gestores do PJMS, sendo, inclusive, identificada a necessidade desse treinamento, também, pela Secretaria de Gestão de Pessoal durante as Oficinas de Estímulo às Iniciativas Estratégica, desenvolvidas no primeiro semestre de 2018. Naquela oportunidade, a Secretaria de Gestão de Pessoal demonstrou interesse em desenvolver o projeto com a Escola. Entretanto, ainda não foi informado à Coordenadoria de Projetos andamento referente a esse tema. Para 2017, a Secretaria de Tecnologia da Informação previu a execução do projeto “Implantação do Data Center Redundante”, mas ainda não foi executado por questões orçamentárias. A Sra. Viviane ressaltou a importância da redundância para a segurança dos dados. Porém, outras demandas, como a manutenção da Sala Cofre, têm prioridade de investimento. Sendo assim, esse projeto não tem previsão de execução. O projeto “Implantação do Sistema Integrado SIC-PJMS para Gestão de Custos e Orçamento”, da Secretaria de Finanças, estava previsto para ser executado em 2018. Esse projeto busca implantar a gestão de custos e



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

concentrar informações orçamentárias. O Dr. Alexandre Branco Pucci demonstrou preocupação com a falta da gestão de custos e a dificuldade de serem feitas projeções orçamentárias. As questões de profissionalização e planejamento para custos foram levantadas pela Sra. Viviane que, por fim, afirmou não ter recebido manifestação de interesse por parte do Gestor de Finanças, enquanto coordenadora do escritório de projetos. O Dr. Fernando Chemin Cury acrescentou a necessidade de levar ao conhecimento do Presidente do PJMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, a manifesta carência de gestão de custos. Para 2020, a Secretaria de Obras, planeja a “Implantação do Projeto de Energia Fotovoltaica”. Segundo a Sra. Viviane, esse projeto promoverá a economia de energia elétrica, além de ser totalmente sustentável. Para finalizar a apresentação dos projetos estratégicos, a Sra. Viviane de Pinho apresentou o percentual de cumprimento destes. Nesse sentido, 52% dos projetos foram concluídos, 29% foram iniciados e 19% permanecem não iniciados. No panorama dos projetos por Secretaria, é possível observar que poucos projetos foram desenvolvidos por área, alcançando uma média de 1,66, tendo a maioria desenvolvido somente um projeto e apenas 3 (três) áreas fizeram dois projetos. Em seguida, a Sra. Viviane iniciou a apresentação das Oficinas de Estímulo às Iniciativas Estratégicas. Esse projeto foi desenvolvido pela Assessoria de Planejamento, através de método participativo, onde nove áreas da Secretaria do TJMS identificaram as maiores dificuldades encontradas no desempenho de suas atividades. Durante as Oficinas, os participantes elaboraram iniciativas, para atender os gargalos encontrados, que deveriam ser executadas pelas áreas. Ao final do primeiro semestre de 2019, um levantamento do andamento das ações propostas foi realizado pela Assessoria de Planejamento. Participaram das Oficinas: Secretaria de Comunicação, Controle Interno, Secretaria da Magistratura, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), Secretaria de Obras, Secretaria de Bens e Serviços, Secretaria de Gestão de Pessoal, Secretaria de Tecnologia da Informação e Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Em seguida, a Sra. Viviane apresentou o panorama de quantas iniciativas foram propostas por cada área: A Secretaria de Bens e Serviços propôs 15 (quinze) ações, Coordenadoria da Mulher, Secretaria da Obras e Secretaria de Comunicação, propuseram 14 (quatorze) cada uma, Secretaria de Tecnologia da Informação elaborou 12 (doze) ações, Secretaria de Gestão de Pessoal, 10 (dez) e NUPEMEC, Secretaria da Magistratura e Controle Interno apresentaram 7 (sete) propostas cada. A Sra. Viviane ressaltou que do total de ações, poucos foram os projetos estratégicos, sendo a maioria das proposições caracterizadas como planos de ação. Quanto a execução das iniciativas resultantes das Oficinas, 46% foram iniciadas, 27% já foram concluídas, 19% ainda não foram iniciadas, 4% foram canceladas e 4% foram suspensas. Quanto ao que foi concluído, a Sra. Viviane demonstrou que a Coordenadoria da Mulher foi a que apresentou maior percentual, com 10 ações, seguida da Secretaria de Obras, com 43% das propostas concluídas, ou seja, 6 ações. NUPEMEC, Secretaria de Gestão de Pessoal e Secretaria de Tecnologia da Informação ainda não concluíram nenhuma iniciativa. A Sra. Viviane disponibilizou um relatório impresso contendo a descrição das ações, organizadas em “concluídas, iniciadas, não iniciadas, canceladas e suspensas”, subdivididas por área. Quanto às



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

ações iniciadas, a Sra. Viviane informou que a Secretaria de Obras tem 8, Secretaria de Comunicação e Secretaria de Gestão de Pessoal têm 7, Secretaria de Bens e Serviços tem 6, Secretaria de Tecnologia da Informação e NUPEMEC têm 5, Controle Interno e Coordenadoria da Mulher têm 3 e Secretaria da Magistratura tem 2. A Sra. Josiany Angelica Silva Oliveira pontuou que apesar do NUPEMEC e Secretaria de Gestão de Pessoal não terem concluído nenhuma iniciativa, foram as áreas com maior percentual de iniciativas em execução, 71% e 70%, respectivamente, o que indica que ainda estão em fase de cumprimento do que foi proposto. Por outro lado, a Secretaria da Magistratura apresentou baixo índice de iniciativas concluídas e em execução. Quanto às iniciativas não iniciadas, a Sra. Viviane informou os seguintes dados: Secretaria de Tecnologia da Informação tem 6, Secretaria da Magistratura e Secretaria de Bens e Serviços têm 4, NUPEMEC tem 2, Coordenadoria da Mulher, Secretaria de Gestão de Pessoal e Secretaria de Comunicação têm 1 e o Controle Interno e a Secretaria de Obras não têm mais iniciativas a serem implementadas. A Sra. Josiany Angelica Silva Oliveira destacou que para a Secretaria da Magistratura e a Secretaria de Tecnologia da Informação, esses dados representam 57% e 50%, respectivamente, do total de ações propostas para corrigir os gargalos identificados pelos servidores e gestores durante as Oficinas. Nesse momento, Dr. Fernando Paes de Campos questionou o prazo para a execução dessas ações. Foi informado, então, pela Sra. Josiany que os prazos variam de acordo com a iniciativa que foi proposta. Entretanto, a coordenadora ponderou que as Oficinas ocorreram há mais de um ano, e, portanto, a maioria das ações deveriam, ao menos, terem sido iniciadas. Em seguida, foi apresentado o quantitativo das ações canceladas ou suspensas: Controle Interno, Secretaria de Bens e Serviços e Secretaria de Gestão de Pessoal cancelaram ou suspenderam 2 (duas) ações, cada um. Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Comunicação cancelaram 1 (uma) ação, cada. A Sra. Viviane de Pinho começou a detalhar as propostas canceladas, pela Secretaria de Tecnologia da Informação, que havia proposto separar equipes de operação e de novas implementações. Essa proposta foi refutada logo após as Oficinas, por perceberem que não seria viável. A Secretaria de Bens e Serviços tinha proposto iniciar o pagamento de adicional para fiscalização e manutenção da frota e reestruturar a Coordenadoria de Serviços Gerais. Entretanto, após a reestruturação da Secretaria do TJMS, através da publicação da Portaria nº 1.476/2019, essas ações foram canceladas. A Secretaria de Comunicação propôs elaborar um plano de ação para otimizar o PACIJUS, porém, foi cancelado após a reestruturação que extinguiu a Coordenadoria de Integração Social. A Secretaria de Gestão de Pessoal suspendeu a realocação de um servidor de TI para a SGP, pois, com a aquisição de um novo software, a empresa contratada poderá oferecer um suporte técnico necessário. Além disso, a reestruturação do quadro de pessoal da Coordenadoria da Saúde também foi suspensão, mas, em virtude da reestruturação instituída pela Portaria nº 1.476/2019. O Controle Interno suspendeu a Consultoria em Governança Corporativa devido as restrições orçamentárias, porém, tentará inserir essa demanda na proposta orçamentária de 2020. Quanto à solicitação de interoperabilidade dos sistemas, o Controle Interno aguardará a contratação de novo sistema para a Secretaria de Gestão de Pessoal. Em seguida, o Sr. Valdir Casagrande iniciou a



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

apresentação dos dados estatísticos, traçando uma comparação entre o primeiro semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019. O Sr. Valdir explanou que os dados apresentados são um resumo da produtividade das serventias e dos magistrados. Na comparação entre casos novos e baixados, o Sr. Valdir afirmou que o número de processos baixados não está superando o número de novos processos. Uma das causas foi o grande volume de casos novos no mês de fevereiro, na Justiça Comum, resultado da distribuição de ações de executivos fiscais, com mais de 14 mil. Na comparação entre os semestres, o número de casos novos apresentou crescimento de 13,1% na Justiça Comum e 2,5% nos Juizados. Quanto aos baixados, estes apresentaram um crescimento de 11,6%, porém, a diferença ainda não foi suficiente para que superassem o número de casos novos, na Justiça Comum. O Dr. Fernando Paes de Campos observou que quanto aos casos novos, o TJMS não tem tanta influência, devendo direcionar os esforços para baixar e sentenciar processos. O magistrado também destacou que deve ser feito um trabalho com os cartórios para que aumente o número de baixados. O Sr. Valdir analisou que o comportamento dos Juizados é semelhante ao observado na Justiça Comum, com número de processos baixados inferior ao número de casos novos. As movimentações de sentenças foram superiores no primeiro semestre de 2019, com variação positiva de 17,8% na Justiça Comum e 8% nos Juizados. Na comparação dos casos pendentes, entre os primeiros semestres de 2018 e 2019, mais de 11 mil processos pendentes cresceram na Justiça Comum (1,4%), enquanto nos Juizados o crescimento foi acima de 2 mil processos (3,2%). A seguir, o Sr. Valdir deu prosseguimento, apresentando o andamento das Metas Nacionais, 1, 2 e 4, no âmbito do PJMS. O coordenador de estatística apresentou o percentual de cumprimento da Meta 1 como 115,58%, na Justiça Comum, o que representa que o número de processos julgados superou o número de processos distribuídos ao final do primeiro semestre de 2019. Nos Juizados, a Meta 1 também foi cumprida com 119,21% de grau de cumprimento. A Meta 2, na Justiça Comum, apresentou grau de cumprimento de 103,24% e nos Juizados, 107,77%. O Sr. Valdir ponderou o que o alto cumprimento da Meta 2 é reflexo da mudança no Glossário, ocorrida em novembro de 2018, momento em que o CNJ passou a contabilizar os julgamentos dos anos anteriores. A Meta 4, que trata dos crimes de corrupção, na Justiça Comum, tem um percentual de cumprimento de 70,05%. Com essas informações, encerrou a apresentação dos dados estatísticos. Em seguida, a Sra. Josiany observou que a próxima reunião de Análise da Estratégia está prevista para o dia 21 de agosto de 2019, às 14 horas, na Sala de Reuniões da Presidência, e que os convites serão enviados via SCDPA. Não havendo mais nada a relatar, eu, Josiany Angelica Silva Oliveira, lavrei a presente ata e dou-a por encerrada. Após, será repassada pelo SCDPA para assinatura digital dos membros do Comitê.

6. FECHAMENTO DA ATA

Participantes	Assinatura Digital
1. Dr. Alexandre Branco Pucci (Juiz Auxiliar da Presidência)	
2. Dr. Fernando Chemin Cury (Juiz Auxiliar da Presidência)	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

3. Dr. Fernando Paes de Campos (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
4. Dr. César Castilho Marques (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
5. Josiany Angelica Silva Oliveira (Coordenadora de Planos Institucionais)
6. Viviane de Pinho (Coordenadora de Racionalização e Projetos Estratégicos)
7. Valdir Casagrande (Coordenador de Estatística)

7. DATA DA ATA

Campo Grande, 17.07.2019